

**O GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO
PÚBLICO PRIMÁRIO EM MURIAÉ/MG (1912-1930)**

*The School Group Silveira Brum and the process of organization of primary public education
in Muriaé/MG (1912-1930)*

Talitha Estevam Moreira Cabral*
Denilson Santos de Azevedo**

RESUMO

O presente artigo apresenta alguns resultados da investigação sobre o processo de criação e os primeiros anos de funcionamento do primeiro Grupo Escolar público fundado no município de Muriaé (Minas Gerais), em 1912. Com o intuito de analisar os condicionantes sociais e políticos que contribuíram para sua instalação e caracterizar a cultura escolar produzida neste estabelecimento de ensino até a década de 1930, foram consultados documentos e outras fontes que tratam da trajetória do referido Grupo. Esta análise permitiu identificar características da organização e do funcionamento da Escola, bem como da cultura escolar instituída nos primeiros anos de sua criação e as práticas pedagógicas ali incorporadas e difundidas.

Palavras-chave: Grupo Escolar. História da Educação. Muriaé.

ABSTRACT

This article presents some results of research on the process of creation and the first years of the first public school Group was founded in the city of Muriaé (Minas Gerais) in 1912. In order to analyze the social and political conditions that contributed to its installation and characterize school culture produced in the school until the 1930s, were consulted documents and other sources dealing with the trajectory of that group. This analysis identified characteristics of the organization and operation of the school and the school culture established in the early years of its creation and pedagogical practices embedded and distributed there.

Keywords: School Group. History of Education. Muriaé.

O presente artigo versa sobre o processo de criação e consolidação do Grupo Escolar Silveira Brum (GESB), criado pelo decreto 3.305, de 5 de setembro de 1911 no município de Muriaé/MG e inaugurado em 7 de agosto de 1912.

A escolha do objeto de pesquisa se justifica, inicialmente, pela inexistência, até a presente data, de estudos científicos a respeito do educandário e da cultura escolar desenvolvida após a sua fundação. Aliado a este fator, a proximidade do centenário do Grupo enfatiza a importância de se estudar a primeira instituição de educação pública seriada no município. A periodização delimitada na pesquisa refere-se ao ano de instalação do GESB (1912) e se desdobra até o ano de 1930, que marca o fim do período da Primeira República no Brasil.

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora concursada pela Secretaria de Estado e Educação de Minas Gerais. Tutora da Escola de Gestores na UFV. E-mail: talitha.cabral@ufv.br

** Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: dazevedo@ufv.br

Para o estudo da formação do primeiro Grupo Escolar desta cidade, realizamos uma pesquisa bibliográfica a fim de conhecer o processo de criação dos grupos escolares no Brasil e identificar esse movimento no estado de Minas Gerais, bem como as razões que possibilitaram consolidar esse tipo de estabelecimento de ensino em algumas das cidades mineiras.

Ao mesmo tempo, foi feita uma análise das fontes, datadas entre 1912 e 1930, encontradas no Arquivo Público Mineiro, situado em Belo Horizonte/MG. Também foram realizadas visitas ao acervo existente na atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum, no Arquivo Público da cidade e na Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE). Através das pesquisas documentais realizadas foi possível localizar fontes primárias como as Atas de Instalação e Exames, os Termos de Assentamento e Posse, de Visitas Oficiais e Particulares, requerimentos, nomeações, decretos, ofícios e relatórios enviados à Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais no período.

Outras fontes consultadas foram dois números do jornal “Alto Muriahé” (1914), periódico semanal da cidade encontrado na Casa de Cultura de Muriaé. Também buscamos na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais outros exemplares da imprensa local da época, sendo encontradas algumas edições dos seguintes jornais: “Renascença” (1914), “Actualidade” (1916), “Alto Muriahé” (1916). Nos exemplares pesquisados, localizamos notas a respeito do idealizador do Grupo, Antônio da Silveira Brum¹, do diretor, José Gonçalves Couto, dos alunos e de alguns eventos realizados no educandário.

Na consulta desses acervos, verificou-se – na maioria dos casos – que não há uma preocupação com a conservação e manutenção documental, o que dificulta o acesso às fontes que se encontram fragmentadas, em mau estado de conservação ou abandonadas em locais impróprios para o funcionamento de um arquivo.

Diante deste quadro, o acesso às fontes documentais ficou prejudicado, em função de lacunas que não possibilitam uma apreensão mais acurada das informações relacionadas ao objeto de estudo. Como exemplo, podemos citar os Cadernos de Atas de Reunião, referentes ao período estudado, que não foram localizados ou os Relatórios anuais do Grupo, cuja série histórica encontra-se incompleta.

Não obstante, mesmo com as dificuldades na apreensão dos documentos para a realização da pesquisa, a análise dos materiais elencados permitiu confrontar os dados coletados com as informações obtidas na revisão de literatura.

Diante dessas considerações iniciais e para atender aos propósitos deste trabalho, trataremos da organização do ensino no Brasil e em Minas Gerais durante o final do Império e início da República por meio de uma breve revisão bibliográfica, para posteriormente apresentar dados a respeito do processo de criação, instalação e funcionamento do mencionado Grupo Escolar. Pretendemos entender como estava organizado o ensino nesse município nesse período, quais eram as propostas metodológicas difundidas com a criação do primeiro Grupo Escolar público, e como essa nova proposta educacional estava se organizando na cidade.

¹ Governou o Município de Muriaé de 1905 a 1920. Foi Deputado Estadual pela 2ª Circunscrição de Minas Gerais em 2 Legislaturas e Deputado Federal pelo 2º Distrito de Minas Gerais em 3 Legislaturas.

O processo de difusão dos grupos escolares no Brasil e os antecedentes de sua criação em Muriaé/MG

Muito já foi escrito sobre a formação dos Grupos Escolares no Brasil. Dentre os estudos que realizamos identificamos que a organização do ensino primário brasileiro durante o período imperial (1822–1889) se fez por meio das escolas isoladas. Nesse modelo educacional, o trabalho era de responsabilidade de um único professor da comunidade, que se tornava o dono de sua cadeira². As classes eram heterogêneas e funcionavam de maneira precária, em locais improvisados, comumente na própria residência dos docentes, sem oferecer as mínimas condições de higiene.

Também se depreende que, simultaneamente a essa organização escolar, no referido período, a escolarização doméstica também foi utilizada. Segundo Guedes Pinto e Fontana (2004), as aulas aconteciam em ambientes cedidos e preparados pelos responsáveis. O pagamento do professor era de responsabilidade do contratante individual ou de um grupo de contratantes.

A partir de 1889, com a instalação da república, o modelo de escola que vigorava até aquele momento passa a ser visto como ultrapassado e incapaz de atender aos ideais propagados pelos defensores do novo regime, como democracia, ordem, progresso e amor à pátria. É aí, então, que se dá uma nova organização do ensino primário, calcada nos Grupos Escolares, que podem ser caracterizados pelo agrupamento de várias escolas isoladas em um mesmo prédio, onde deveria ser oferecido um ensino público, laico e universal.

O movimento de renovação da escola primária por meio do surgimento dos Grupos Escolares teve um profundo significado social, político e cultural, representando a implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. Nesse sentido, Faria Filho e Vago (2000, p. 37) apontam que:

A mais importante reforma até então realizada na educação primária pública mineira destinada às camadas mais pobres da população, mostra que a mudança de lugar, físico e simbólico – “dos pardieiros aos palácios” –, permitiu a constituição de uma nova cultura escolar em Minas, possibilitando, com isso, uma discussão específica sobre o conhecimento escolarizado e a representação da escola como instituição de fundamental importância para o progresso [...] em face do processo de complexificação social em andamento. O cenário tornou-se propício para afirmação e legitimação de uma pedagogia moderna e científica.

Desse modo, a organização da escola primária na forma de Grupo Escolar levou a uma divisão sistemática do ensino, formando classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem. A nova metodologia adotada para esse modelo educacional foi denominada

² De acordo com Faria Filho (2000, p. 28) a cadeira, era a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de ensino primário. Materializava-se numa turma de alunos geralmente de idade bastante variada [...] podia ser subdividida em classes de acordo com o adiantamento daqueles que a freqüentavam. [...] os alunos podiam pertencer ao 1º, 2º, 3º, 4º anos do curso primário.

como método intuitivo, no qual o aluno era o centro do processo educativo. Essa forma de ensinar implicava na adoção de um projeto concreto, racional e ativo.

Em meio às inovações que ocorreram no ensino, essa organização ia se institucionalizando e sendo construída, ainda que em ritmo diferenciado nos vários estados brasileiros. Segundo Bencostta (2005) coube ao então Distrito Federal e ao Estado de São Paulo o pioneirismo da implantação.

Em Minas Gerais, a definição dos grupos escolares como espaço ideal para efetivar o ensino primário ocorreu através da Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, editada no governo de João Pinheiro. No entanto, mesmo implantada, esta lei não garantiu que os grupos escolares se instalassem de maneira uniforme nos municípios mineiros. Segundo Pereira (2004), após a instituição da Reforma foi fundado o primeiro grupo escolar de Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, que entrou em funcionamento no dia 05 de fevereiro de 1907. Em seguida foi inaugurado o segundo na cidade de Juiz de Fora e o terceiro em Lavras. Depois deles esse novo modelo de escola foi se difundindo por todo o estado, em tempos diferentes.

A criação dos grupos escolares mineiros dependia, quase sempre, de relações políticas existentes entre o poder municipal e o Estado. Assim sendo, na cidade de Muriaé, pode-se atribuir a criação do Grupo Escolar, em 1912, à influência política de Antônio da Silveira Brum, que governou esse município de 1905 a 1920.

Em sua obra “O que ficou dos 178 anos da historiografia Muriaeense”, Maria Auxiliadora Faria (1995) atribui a este político a maioria das benfeitorias realizadas na cidade durante sua gestão como chefe do executivo. Dentre essas melhorias na cidade, Silveira Brum investiu na criação do primeiro Grupo Escolar público do município.

Todavia, antes de tratar dessa fundação, é importante apontar algumas características da cidade e do ensino até então vigente. Na época estudada, esse município, localizado na Zona da Mata mineira, era grande produtor de café. Os coronéis eram não só a elite econômica como também representavam o poder político da região, com forte influência em Minas Gerais e no país. Esses proprietários das grandes fazendas produtoras de café cuidavam de educar seus filhos por meio dos professores particulares, que se limitavam à alfabetização das crianças.

Muriaé manteve essa prática de ensino até o início do século XX, quando foram abertas casas de ensino de nível primário e propedêutico para ambos os sexos, o que representou tentativas e experiências escolares que pudessem atender o maior número de alunos possível.

Apesar dos colégios particulares fundados na cidade, nem todas as crianças tinham acesso à instrução. Sob a justificativa de atender à população pobre muriaeense, é que a administração de Silveira Brum pretendeu dotar a cidade de escolas públicas gratuitas. No entanto, durante a pesquisa, foi possível perceber que esse novo modelo educacional permaneceu inacessível à população carente de recursos financeiros da cidade³. Para que se

³ Diversos autores (FARIA FILHO, GONÇALVES, PEREIRA), ao analisar o processo educacional brasileiro apontam para a discussão acerca da obrigatoriedade do ensino. Contudo, alguns entraves não apenas políticos, mas também financeiros e sociais dificultaram ao Estado constituir e controlar esta obrigatoriedade. O ideal defendido após a chegada dos republicanos ao poder era de uma instrução primária pública que deveria ter como público alvo também a parcela pobre da sociedade, não obstante algumas exigências estabelecidas para a matrícula e permanência dessa classe nesses Grupos Escolares não eram coerentes com as possibilidades da população desprovida de recursos financeiros. No caso de Muriaé,

entenda melhor como se davam os processos educacionais no Grupo, nos dispusemos a analisar o histórico de sua criação e o cotidiano escolar nos primeiros anos de funcionamento.

O processo de criação e os primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum

Criado pelo decreto 3.305, de 5 de setembro de 1911, o GESB foi inaugurado em 07 de agosto de 1912 sob a direção do professor José Gonçalves Couto, que depois de nomeado por ato do Sr. Governador do Estado, Júlio Bueno Brandão, em 12 de janeiro de 1912, permaneceu no cargo até 13 de abril de 1936, quando se aposentou. central

Segundo o próprio diretor, em relatório enviado posteriormente à criação do Grupo à Secretaria do Interior, o nome do mesmo foi uma homenagem a seu idealizador:

Por acto de 07 de dezembro de 1912 teve este Grupo a denominação especial de – “Silveira Brum” – em homenagem ao ilustre filho da Matta que, com muito critério, honestidade e intelligencia dirige os destinos do nosso município. (Relatório do director sobre o grupo escolar, 1913, s/p)

A respeito da estrutura do Grupo Escolar Silveira Brum, a Revista de Historiografia Muriaeense (1979) aponta que o edifício sobressaía-se como um dos melhores prédios da cidade. Criado exclusivamente para o fim da instrução, o prédio foi edificado dentro do conjunto arquitetônico da Praça Coronel Pacheco de Medeiros, um dos principais pontos de referência da cidade no início do século XX.

Abaixo podemos ver uma foto do grupo durante os primeiros anos de funcionamento:



Figura 1: Prédio do Grupo Escolar Silveira Brum (1916) – Fonte: Arquivo Municipal

essa parcela era representada pelos filhos dos pequenos proprietários de terra, agricultores, ou empregados dos grandes cafeicultores. Essas crianças – na maioria das vezes – precisavam trabalhar para ajudar no sustento do lar ou cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalhavam. Além disso, o fato de morarem na Zona Rural ou em bairros afastados do centro, dificultava a chegada dos alunos pobres até a região onde estava localizado o GESB.

Essa construção, em ponto central da cidade, marca a sua força educativa e nos permite supor que a situação constatada por Faria Filho (2000, p.42) em Belo Horizonte também ocorria no educandário muriaeense:

Nessa perspectiva, o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os “melhores prédios”, mas também aqueles mais centrais denota, além da importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres.

Na continuidade da análise dos documentos encontrados, como os diversos relatórios escolares, bem como em relatórios de visitas de inspeção, verifica-se que o primeiro diretor, José Gonçalves Couto, cumpria as tarefas a ele designadas. Nos ofícios enviados à Secretaria do Interior percebemos a distinta atenção dada às questões relacionadas com as práticas pedagógicas, de modo a garantir que a disciplina e a ordem fossem cumpridas nas salas de aula.

No primeiro relatório a respeito do movimento do Grupo Escolar de Muriaé durante o período de 07 de agosto de 1912 a 25 de janeiro de 1913, o então diretor escreve sobre a inauguração da instituição de ensino por ele dirigida:

[...] Ao acto da installação compareceram, dos 568 matriculados, 420 alumnos. No dia 7 deste, ao meio dia, houve a solennidade da benção do prédio pelo Revmo. Sr. Pe. João Pio, que pronunciou bella allocução. A este acto, compareceram muitas pessoas gradas. [...]

Usando da palavra, o Sr. Silveira Brum agradeceu [...] as manifestações de apreço que lhe foram dirigidas [...] e me fez a entrega do prédio. Recebendo-o, agradecei a preciosa dádiva, promettendo enviar todos os meus esforços para que o Grupo, que é um dos primeiros do Estado, quanto ao prédio, o seja também, quanto a parte intellectual e moral [...]. Os alumnos cantaram o “Hymno a Tiradentes” [...] O Sr. Inspector escolar, depois de varias considerações sobre a instrução, tratou de fundar a Caixa Escolar, que recebeu o nome de V. Excia [...]

Às seis da tarde, encerrou-se a sessão, retirando-se em seguida todos os alumnos e convidados [...] (Relatório do Diretor, 1912, s/p)

Nesse pequeno texto, pudemos ter um panorama de como estava ocorrendo o início dos trabalhos no educandário. Percebemos o caráter religioso e a tendência católica atribuída ao Grupo com a presença do padre para abençoá-lo. É interessante notar o desejo registrado pelo diretor de fazer do Grupo um exemplo para o Estado. Também foi possível observar o número de alunos e a participação deles durante a cerimônia de inauguração da escola. Além disso, podemos perceber que houve um momento em que o mentor Antônio da Silveira Brum profere algumas palavras e entrega oficialmente o estabelecimento ao diretor.

Além desse relatório, encontramos - em visita ao arquivo municipal - notas de visitas particulares, que pretendiam apresentar as impressões a respeito da inauguração do Grupo Escolar. No primeiro mês de funcionamento, diferentes visitantes deixaram registrados os seguintes apontamentos, no mês de agosto de 1912:

Feliz o povo como o de Muriaé que pode apresentar aos seus visitantes a prova evidente de sua virilidade na construção de um tão bello edificio e em sua feliz estrella encontrar um director como José Gonçalves Couto [...] (Relatório de visita de Particulares, 1912, s/p)

Os mais effusivos parabéns á Câmara Municipal, pelo grande melhoramento em que dotou a cidade, e ao Governo do Estado pela inspiração que teve nomeando o Exmo. Sr. José Gonçalves Couto, para dirigir o estabelecimento [...] (Relatório de visita de Particulares, 1912, s/p)

Quanto aos professores que atuaram no ensino primário do colégio, em sua maioria, possuíam formação de normalistas, obtidas nas Escolas Normais do Estado e do próprio município, instituição denominada àquela época de “Ginásio e Escola Normal São Vicente de Paula”. Verificamos que o acesso e a ascensão na carreira profissional do magistério dependia tanto da competência profissional quanto da influência política e pessoal do docente pois na cidade de Muriaé os contratos não se davam apenas por indicações políticas, mas também eram resultado dos concursos realizados pelo Grupo. Como se supõe do documento localizado no Arquivo Público Mineiro, que apresenta um concurso de “Uma vaga adjuncto - Grupo Escolar de S. Paulo do Muriaé Interior, 6ª secção, 27-XI-1917”.

Após a contratação e antes de iniciar o trabalho docente no Grupo, os professores deveriam apresentar sua origem familiar e atestar sua boa conduta moral e sanidade física. Nos documentos consultados esses três tipos de declarações eram pré requisito para o exercício de seu cargo: atestado de bons antecedentes criminais, de boa saúde e de filiação.

O corpo de profissionais compunha-se, inicialmente, de oito professores da cidade, muitos lecionando gratuitamente. No primeiro relatório de Gonçalves Couto enviado à Secretaria do Interior constatamos que era:

[...] de 8 o número de cadeiras existentes neste Grupo, regidos pelos seguintes professores: d. Maria Brandão Lobato, 4 anno mixto; d. Julieta Oliveira de Macedo, 3º anno mixto; d. Amélia Lopes, 2 anno feminino, d. Estephania Maria do Patrocínio, 2º anno masculino; d. Maria Amélia de Figueiredo, 1º anno feminino; d. Amélia Soares Figueirero, 1º anno mixto; Sr. Henrique Silva, 1º anno masculino, 1ª classe; Lívio de Castro Carneiro, 1º anno masculino, 2ª classe.

Diante da contratação desses professores, os trabalhos foram iniciados, compondo o cotidiano das práticas implementadas no Grupo. Ainda no primeiro relatório escrito pelo diretor José Gonçalves Couto à Secretaria do Interior, são apontadas características da rotina do educandário por ele dirigido, através de uma programação seguida no cotidiano escolar:

De 12 de agosto a 22 de janeiro de 1913, diariamente às 10,50 foi encerrado o ponto de entrada dos professores [...].

Das 10,50 as 11 assistiam, em posição militar corretíssima, ao hasteamento da bandeira [...] Um aluno, previamente designado por mim, saudava com entusiasmo a bandeira, terminando sempre a sua saudação com um vibrante Viva ao pavilhão Nacional, no que era compreendido pelos colegas. Às 11 em ponto, já em classe, feita a revista, começavam as professoras os seus trabalhos escolares.

No dia 22 de janeiro de 1913, de acordo com o artigo 291 parágrafo único do regulamento vigente, passaram as aulas a funcionar das 7 às 11 da manhã, seguindo-se a mesma ordem referida.

Os exercícios físicos são feitos no pátio do edifício [...].

Nos 10 minutos de recreio, durante o qual são os alunos fiscalizados por dois professores que se revezam durante a semana, os rapazes passam para um pátio [...] separado por uma tela de arame. (Relatório do movimento escolar, 1913, s/p)

A partir deste trecho do relatório do diretor podemos notar o rigor incorporado nas práticas implantadas no Grupo. Pode-se supor que o tempo escolar é pensado para cada atividade e executado com pontualidade. O recreio é um momento extra classe mas não deixa de ser vigiado. Nota-se, ainda, nesse relato, a ênfase do caráter patriótico difundido com a chegada dos republicanos ao poder, ao se fazer o hasteamento da bandeira em forma de um ritual pré-estabelecido.

Essa exaltação dos ideais de “Ordem e Progresso” trazidos pela República são identificados em diversos outros momentos no GESB. Nos relatórios anuais localizados podemos perceber que as comemorações da Independência do Brasil e da Proclamação da República sempre eram muito festejadas.

Outro documento que indica a disseminação dos ideais republicanos é um relatório de visita de particulares, em que um dos visitantes escreve:

Depois de percorrermos todos os salões de estudo, onde apreciei graciosos e complicados trabalhos manuais, e outras cousas, soou, eloquentemente, a sineta que nos anunciava o recreio infantil. Instantes depois passava, em formatura elegante, a alegre criançada. A nota destaque do momento foi a continência á bandeira nacional. O que mais me admirou foi o respeito com que [...] saudaram o auriverde pendão. [...] todos os aparelhos exigidos pela pedagogia hodierna allí se encontram, no mais perfeito estado de asseio e conservação, prestando os seus relevantes serviços á causa da vida pratica [...] a mnemotechnia é observada com todo o rigor [...] (Relatório de visita de Particulares, 1913, s/p).

Nesta citação percebemos além da prática nacionalista realizada pelos alunos no GESB, a presença de instrumentos metodológicos para o exercício de uma pedagogia que aproveita o instinto e a tendência natural da criança, dando significado prático à aprendizagem. Para ratificar o procedimento metodológico utilizado no Grupo, localizamos um outro relatório de visita de particulares, datado de 28 de dezembro de

1912, que identifica como as lições de coisas proposta pelo método intuitivo estava sendo trabalhada neste estabelecimento de ensino. Uma equipe de visitantes composta de homens e mulheres escreve em relatório explicando porque o educandário se configurava como um exemplo de modelo escolar:

É que nelle se conjugam e admiravelmente se casam os melhores mhetodos pedagógicos com a mais séria disciplina e ordem. As licções ministram-se por processos brandos e altamente profícuos fiados na intuição e analyse dos factos múltiplos que constituem a essência da escola moderna. A noção das coisas caminha da mais simples para a mais complexa, ensinando a mente infantil para dellas se apreender suavemente para a vida independente e autônoma do individuo na sociedade [...] nunca imaginamos que em quatro escassos mezes de aulas tanto se conseguisse de resultados esplendidos nesta casa [...] (Relatório de visita de Particulares, 1912, s/p)

Desse modo, baseado no método intuitivo de ensino, as disciplinas trabalhadas seguiam uma normatização do Regulamento Geral da Instrução e, para finalizar o período letivo, os alunos compareciam aos exames finais, e eram julgados por seus conhecimentos, sendo aprovados ou retidos por meio de atividades escritas e orais. Aos aprovados expedia-se diploma de aprovação em exame final.

Simultaneamente a essas provas, havia o costume de se realizar exposições escolares no Salão Nobre do Grupo que contavam com os trabalhos feitos pelos alunos durante o ano. Eram trabalhos de costura, cartografia e desenho.

Diante da identificação das práticas pedagógicas no GESB podemos perceber a intensa preocupação do diretor em averiguar a competência dos professores no exercício da profissão docente.

Para exemplificar essa preocupação em disciplinar os professores do Grupo, encontramos no relatório do movimento escolar relativo ao ano de 1914, a caracterização da atuação de cada um dos mestres, referindo-se à ordem, obediência e trabalhos realizados. Constantes e duras críticas eram feitas com relação às atitudes de alguns. Os únicos elogios destinados aos docentes foram feitos à Julieta Macedo e Estephania do Patrocínio, quando o gestor reconheceu que “em suas classes há sempre muito boa ordem e irreprehensível disciplina”.

Sobre os demais, o diretor faz críticas negativas e objeções para mudança de postura em sala de aula. Exemplo disso é a observação feita sobre uma professora que, segundo ele, não desempenhou corretamente as tarefas do cargo porque “em consequência de grave enfermidade ficou [...] com as faculdades mentaes um tanto enfraquecidas.”

Outro relato contido nesse mesmo documento já demonstra o início de uma grande discussão que aconteceu mais tarde, em torno do caso de um professor que se ausentava constantemente sem justificativa e desrespeitava a ordem do diretor. Daí a afirmação que:

de todos os professores é o que mais dissabores, aborrecimentos e trabalho tem me dado. A sua classe é indisciplinadíssima, formando um verdadeiro contraste com as outras. Os alunos da mesma, meigos e dóceis, tornaram-se insolentes e grosseiros.

O mal está no professor que gasta todo o tempo, excepto quando eu estou em sua classe, a passar-lhes grassa de compostura⁴. O effeito é que os alumnos divertem-se com estes excessos do professor, que bate com os pés no sovalho, mette a régua na mesa, grita como um louco, tornando-se assim ridículo aos discípulos [...] (Relatório do Movimento do Grupo Escolar de Muriahé, 1915, s/p).

Uma outra situação ocorrida entre professor e diretor diz respeito a um acontecimento em que determinado docente estava sendo acusado de ausência sem justificativa e de castigar dois alunos detendo-os por dez minutos na classe após o término da aula. Em resposta às acusações do diretor Gonçalves Couto, o referido docente envia uma carta à Secretaria do Interior, em 2 de maio de 1916 se justificando e se defendendo das críticas do então diretor:

Peço licença a V. Excia para defender-me de tão gravez accusações. Em resposta ao §I- deixar de dar aula sem causa justificada, - nunca deixei de cumprir este §, e, uma ou outra vez jamais deixei de communicar, por escripto, ao senhor José Gonçalves Couto [...]. Quanto ao §II- ausentar-se da localidade sem licença da auctoridade competente, - jamais o fiz [...] §IX- deixar de executar as instrucções que lhe forem dadas pelos inspectores e auctoridades escolares, - vou explicar. Tendo detido depois da aula dois meninos reincidentes, por espaço de 10 minutos, mandei-os, em paz, após esse tempo. Eis que, chegando os meninos á porta, o excelentíssimo senhor director do Grupo Escolar, fel-os voltar em altos brados acompanhados de gritos descortezes, ordenou-me, impondo-me, que voltasse com os meninos para a aula. O artigo 414 § VI diz que: - Reclusão na escola depois de concluídos os trabalhos escolares, sob a vigilância dos professores, pelo espaço máximo de meia hora. Ora, Exmº Sr., quem pode dispor do Maximo, pode dispor do mínimo. Alem disso, o referido director do grupo exautorou-me duplamente: 1º por ter feito os alumnos voltarem da porta da rua, contrariando a minha ordem, publica e ostensivamente; 2º por ter-me ordenado, impondo-me arbitrariamente em frente aos alumnos que voltasse também para a aula [...] Diante disso [...] tomei o chapéo e retirei-me. Este desagradável incidente poderia ter sido evitado si o Exmo. Director chamasse-me da porta da rua e me fizesse ver, em particular a conveniência de voltar a aula [...]. Peço licença para ponderar que neste caso o Regulamento diz: Art. 73 §5º- Observar sempre em particular aos professores as irregularidades do ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora d'ellas. (Ofício enviado à Secretaria do Interior, 1916, s/p)

Outra ocorrência, notificada pelo diretor à Secretaria do Interior foi o caso de um professor ter-se demorado muito em justificar suas ausências:

O Sr. Director do Grupo Escolar de São Paulo do Muriahé reitera a reclamação feita contra o professor adjuncto interino, Francisco Nelson Monteiro de Castro, que está ausente do estabelecimento, sem licença, há 2 mezes e alguns dias [...] tendo estado em Leopoldina regressou a Muriahé, onde aceitou um logar de professor na Escola Normal [...]. Vê agora V. Excia. que o professor Nelson persiste no desrespeito do

⁴ A expressão “grassa de compostura” nesse excerto faz referência a um comportamento desregrado, a atitudes inconvenientes, desrespeitáveis.

regulamento, abrindo péssimo precedente junto aos seus colegas. (Ofício enviado à Secretaria do Interior, 1915, s/p)

Vê-se nesse relato a preocupação do diretor em evitar a repercussão da atitude do docente, que dá mal exemplo aos outros professores, abrindo um sério precedente disciplinar.

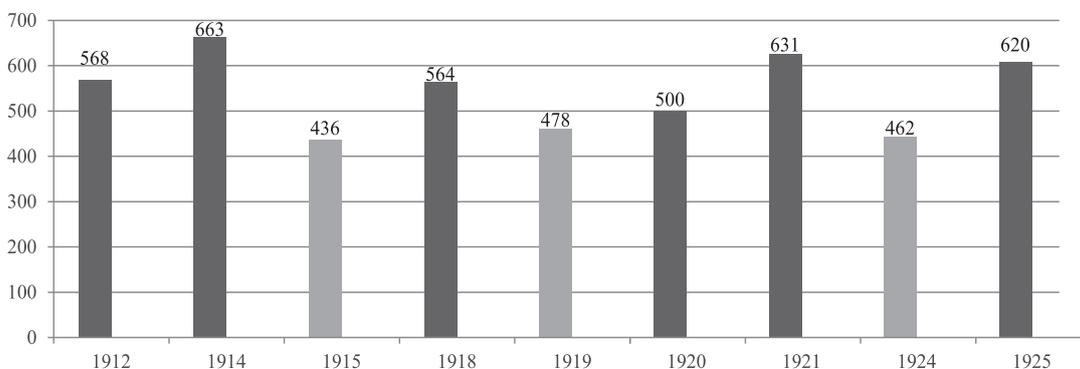
Além do rigor disciplinar exercido com os professores, outro aspecto relevante que nos chamou a atenção ao estudar os documentos encontrados foi a relação estabelecida pelo diretor Gonçalves Couto com os pais dos alunos, no sentido de informá-los a respeito das penalidades e da imposição da disciplina aos discentes. Nesse sentido, merece menção a correspondência enviada aos responsáveis por um estudante que não estava se comportando adequadamente no Grupo:

Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que o vosso filho [...], aluno deste Grupo, tem procedido muito mal em classe, conforme notas e comunicações de sua professora. As penas estabelecidas pelo “Código Disciplinar”- admoestação, repreensão, más notas, exclusão dos prêmios escolares, privação do recreio, reclusão na classe por meia hora, findos os trabalhos escolares – todas, pela professora, tem sido applicadas reiteradamente [...]

Nesse trecho apresentado, foi possível perceber o cumprimento do regulamento pela escola, demonstrando que o comunicado à família ocorreu mediante várias tentativas iniciais da professora em solucionar os problemas gerados pela criança. Outro delineamento traçado por esse relato aponta para os tipos de penalidades existentes no estabelecimento, que estavam relacionados às atividades, tempos e espaços escolares. Nota-se que o controle e intenção da pena sobre as condutas faziam parte do cotidiano da vida escolar e do tempo da escola.

Mediante todas essas manifestações por parte do diretor, a fim de informar com regularidade e frequência os acontecimentos adversos do Grupo, podemos supor que essa era uma prática que visava o sucesso das atividades no estabelecimento. Os constantes ofícios, notificações e relatórios enviados por José Gonçalves Couto continham diversas informações a respeito da estrutura, condições materiais, práticas pedagógicas e demais aspectos referentes ao funcionamento do GESB.

Além das questões pedagógicas desenvolvidas no educandário, nos debruçamos em analisar o número de matrículas no Grupo e qual a relevância disso para a consolidação do mesmo. Em visita ao arquivo Público Mineiro e ao acervo da atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum, encontramos em ofícios e relatórios enviados à Secretaria de Ensino, evidências que demonstraram uma grande oscilação no número de alunos matriculados a cada ano. Nos materiais pesquisados referentes ao período abarcado neste trabalho, encontramos os dados relativos à matrícula inicial dos anos de 1912 a 1925, com lacunas nos anos de 1913, 1916, 1917, 1922 e 1923, conforme apresenta o gráfico:

Gráfico 1: Matrículas no Grupo Escolar Silveira Brum

Fonte: Relatórios anuais sobre o movimento do Grupo Escolar

Analisando as informações supracitadas percebemos que o ano com maior número de matrícula inicial foi 1914, isso se deve provavelmente à novidade representada pelo Grupo após seus dois primeiros anos de funcionamento.

Podemos também observar que há uma regularidade de oscilação do número de matriculados. No entanto, pode se dizer que estes valores eram relativamente elevados. É importante ressaltar que, com as análises realizadas, foi possível perceber, ainda, que a relação entre meninos e meninas matriculados no Grupo Escolar Silveira Brum demonstra um equilíbrio entre esses números em ambos os sexos. Na maioria dos casos notificados, estes dados são praticamente os mesmos, variando um pouco para mais ou para menos.

No primeiro ano de funcionamento, de 18 de julho a 7 de agosto de 1912 matricularam-se 568 alunos, sendo 320 meninos e 248 meninas. Em 1914, de 7 a 31 de janeiro matricularam-se 663 alunos, 340 do sexo masculino e 323, feminino. O 2º semestre daquele ano iniciou-se com 498 alunos (257 homens e 247 mulheres) e finalizou com 436 crianças (217 meninos e 219 meninas). No ano de 1918 matricularam-se neste Grupo 564 alunos, sendo 306 do sexo masculino e 258 do sexo feminino. Ainda na segunda década de funcionamento do GESB, no ano de 1925, essa proximidade do número de meninos e meninas matriculados permaneceu, foram matriculados 620 estudantes, dos quais 328 eram do sexo masculino e 292 eram do sexo feminino. Todavia, percebe-se que apesar da pequena diferença, em todos estes anos a maioria de matriculados foi do sexo masculino. Na divisão das salas, encontram-se relatos de separação entre os sexos, mas também nota-se que existiam as salas mistas.

Persistindo na análise do gráfico percebe-se que o ano de 1921 recebeu o segundo maior número de matrículas, seguido do ano de 1925, ano com o 3º maior contingente de alunos matriculados. Isso pode ser um demonstrativo da credibilidade associada ao Grupo na sua segunda década de funcionamento.

Não obstante a oscilação nas matrículas a cada ano, o número de alunos era consideravelmente vultoso. Com base nas análises feitas, acredita-se ter sido este o

motivo pelo qual o GESB passou a funcionar em dois turnos a partir do ano de 1913, funcionando o primeiro no horário das 7 às 11 horas da manhã e o segundo das 11h50 às 4 horas da tarde.

Nos documentos consultados, percebe-se que a cada ano o pedido deveria ser renovado, justificando a necessidade de desdobramento dos turnos. Para exemplificar esta medida, apresentamos um ofício enviado pelo diretor à Secretaria do Interior no ano de 1914 para reforçar a necessidade de continuidade do desdobramento dos turnos:

São Paulo do Muriaé, 12/02/1914

Exmo Sr., comunico a V. Excia [...] pela grande freqüência, continua este grupo a funcionar em dois turnos.

As classes do turno da tarde, - 1, a do 4º anno misto, com 55 alumnos matriculados; outra, 3º masculino, com 1 matricula de 43 alumnos; outra, 3º feminino, com 49 alumnas; outra; 2º mixto, com 48; outra, 2º masculino, com 66; outra, 1º anno mixto com 65; e, finalmente, outra, 1º anno feminino, com 56 alumnas matriculadas, - ocuparam todos os 8 salões do Grupo.

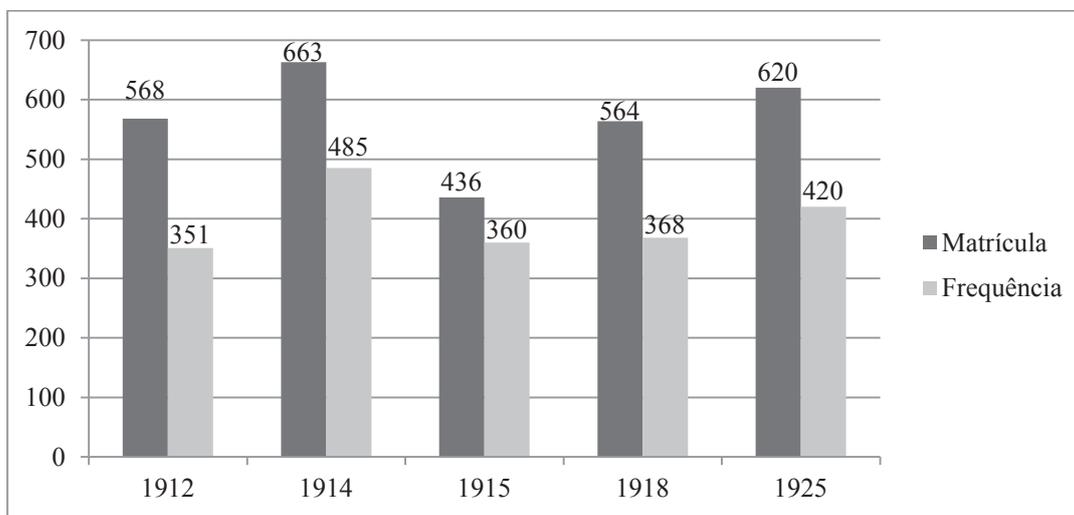
No turno da manhã funciona o 1º anno masculino, com 75 alumnos, regido pelo professor Ernesto Gomes de Abreu Lima. (Ofício enviado pelo diretor à Secretaria do Interior, 1914, s/p)

Mediante as informações anteriores podemos perceber que o fluxo de alunos no Grupo era elevado, o que motivou a divisão dos turnos. Isso pode ser verificado nos documentos emitidos, na maioria das vezes, pelo diretor notificando o elevado número de matriculados neste estabelecimento.

Não obstante, com base em alguns dados colhidos nos materiais pesquisados, percebemos que há um paradoxo entre o número de alunos matriculados e número de freqüentes, o que nos levou a realizar uma análise mais detalhada a respeito dessa situação.

A matrícula no GESB era realizada em consonância com as exigências presentes no Regulamento da Instrução, sendo realizadas durante o mês de janeiro, com exceção do primeiro ano de funcionamento do educandário, no qual as matrículas foram realizadas de 18 de julho a 7 de agosto.

Nos documentos analisados, encontramos a relação matrícula versus freqüência relativa aos anos de 1912, 1914, 1915, 1918 e 1925 e percebemos a relação entre o contingente de alunos que se matriculava no Grupo em todos esses anos e o número de crianças que permaneciam no mesmo no decorrer do ano. No gráfico abaixo, é possível fazer uma análise comparativa entre esses dados:

Gráfico 2: Matrícula X Frequência no GESB:

Fonte: Relatórios anuais sobre o movimento do Grupo Escolar

Se analisarmos o gráfico, podemos perceber que o ano de 1912 é o que houve o maior contraste, com 351 frequentes dos 568 matriculados iniciais, ou seja, aproximadamente 61% dos alunos apresentaram presença contínua no Grupo. Nos anos seguintes, esse desnível também se mostrou evidente: em 1914 foram 663 matriculados contra apenas 485 assíduos, ou seja, 73%. O ano de 1915 foi o que essa relação mais se aproximou, tendo como frequência cerca de 82% dos alunos. Já em 1918, o desnível volta a se manifestar, com apenas 368 alunos frequentes dos 564 registrados no início do ano, em torno de 65%, o que permaneceu no ano de 1925, com 620 inscritos versus 420 assíduos, o que representa uma margem de 67% de alunos frequentes.

Em Muriaé, não encontramos evidências que comprovassem os reais motivos para a ausência das crianças na escola. Inclusive, este é um ponto que gerou contradições e dúvidas, visto que a discrepância entre matrícula e frequência era indicativo de falha no processo educativo que contemplava desde a admissão dos alunos até a permanência dos mesmos no educandário. Diante desta situação, a preocupação em manter as crianças no GESB deveria ser, sobretudo, uma das principais intenções do diretor que pretendia tornar o estabelecimento referência para o Estado.

Apresentadas algumas das práticas do cotidiano escolar e das relações estabelecidas nesse novo modelo educacional, pretendemos analisar como estava se constituindo a gestão pedagógica da nova Casa de Ensino em seus primeiros anos de funcionamento.

No controle das atividades realizadas no educandário, além do diretor, surge a figura do inspetor escolar, também responsável em gestar o funcionamento das práticas pedagógicas que vinham sendo implementadas no Grupo. A ele cabia dirigir a parte técnica do ensino. Era ainda função dessa autoridade, por intermédio dos seus auxiliares, a fiscalização das escolas, emitindo opinião sobre as obras didáticas, e pareceres quando solicitado pelo governo.

No Grupo Escolar Silveira Brum, constantes visitas de oficiais e particulares delineavam os trabalhos realizados. Os relatórios dessas inspeções eram quase sempre elogiando o bom desempenho da instituição, exemplo disso é o relato de Antônio Teixeira e Silva, inspetor escolar do município, que escreve, em 1912: “Ahí, devido à competência, esforço e dedicação, se vai executando com toda regularidade o programa do ensino, verificando, além disto, boa disciplina e muita ordem.”

É importante salientar que as impressões relatadas nos cadernos de visitas localizados, sempre se preocupavam em apresentar a organização, a ordem e disciplina dos alunos:

Comparecendo a este Grupo, de 1º a 9 do corrente, em serviço de inspeção, verifiquei além da boa ordem, excellent disciplina, irreprehensível asseio e rigorosa limpeza, a louvável dedicação do corpo docente a este exemplar instituto de ensino, confiado á competente direcção do professor José Gonçalves Couto, incançável no exacto cumprimento de suas attribuições. S. Paulo do Muriahé, 9 de abril de 1913. Inspetor de Ensino da 11ª região, Joao Ferreira. (Relatório do Inspetor de Ensino, 1913, s/p)

Das recomendações apresentadas pelos inspetores para o melhor funcionamento do Grupo e orientações dadas aos professores em diferentes relatórios e momentos, destacamos as seguintes:

Faço as seguintes recomendações: inicie-se o ensino de cartografia e de desenho; [...]. logo que o tempo o permitta, executem-se os exercícos de gymnastica, determinado no programma. (Relatório do Inspetor de Ensino da 11ª região, João Ferreira da Silva, 1915, s/p).

Aconselhei ao professor a não submeter a exames os alumnos do 4º anno sem o imprescendível grau de adeantamento [...] Dei-lhe instrucções sobre a pratica dos programmas e tomei parte no desenvolvimento das respectivas aulas. (Relatório do Inspetor de Ensino da 11ª região, João Ferreira da Silva, 1915, s/p).

Ao analisar os relatórios de visitas, podemos perceber que as inspeções deram grande ênfase aos aspectos curriculares, às orientações pedagógicas, didáticas e de ensino, além de preconizar o momento correto de avaliação. Tais narrativas acabam apontando certas características da escola e possíveis pontos para correção de rumos, pois diante dos apontamentos deixados nesses relatórios, o diretor buscava analisar e adequar sua forma de gestar as atividades desenvolvidas no Grupo.

A despeito dessas informações contidas nos relatórios de inspeção, cabe salientar que as mesmas são de grande valia para a compreensão de aspectos relacionados com a realidade cotidiana do Grupo. No entanto, é conveniente que tenhamos cautela na análise dos escritos a respeito das características do Grupo pelo fato de que esses relatos podem ser tendenciosos, no sentido de exaltar determinados aspectos positivos e tapar as lacunas e problemas existentes no estabelecimento. É necessário que, concomitante à leitura das inspeções, acrescente-se outras fontes e documentos, obtidos a partir de diferentes materiais ou objetos.

Após a leitura da bibliografia e consulta aos acervos, percebe-se, portanto, que as práticas difundidas com a criação dos grupos escolares em Minas Gerais, tendo como pano de fundo no caso desta pesquisa o GESB, foram fundamentais para a consolidação de uma nova maneira de se fazer a escola primária. Feita essa análise mais cuidadosa dos documentos, observamos que a pedagogia desenvolvida no Grupo Escolar Silveira Brum, nos anos de 1912 a 1930, foi responsável por delinear o perfil desse estabelecimento, desde os seus primórdios. Desse modo, o processo de institucionalização da cultura escolar e das práticas educativas, levadas a efeito pelas autoridades pedagógicas, demonstravam uma constante preocupação em manter a disciplina no educandário, obedecendo aos novos preceitos republicanos de “ordem e progresso”.

Considerações finais

Verifica-se que até o final do século XIX existiam diferentes formas de se oferecer o ensino em todo o Brasil. Haviam as escolas domésticas através de professores particulares, as escolas particulares e as escolas isoladas, tanto rurais quanto urbanas. Muriaé praticamente não difere desse modelo de escolarização até os anos de 1912, com a instalação do primeiro grupo escolar público do município.

A criação do Grupo Escolar Silveira Brum na cidade de Muriaé foi o marco inicial de um modelo de escolarização que surge em todo o país, incluindo o estado de Minas Gerais.

No referido município, o educandário criado pretendia atender as exigências da república, com a divisão do trabalho, de modo a controlar os espaços e tempos escolares. A nova metodologia de ensino utilizada contava com a figura do diretor como responsável pela organização do trabalho, com a presença de um professor como regente do ensino elementar a um grupo de alunos divididos por séries no ensino primário. Essas modificações nas práticas escolares contribuíram para concretizar uma aprendizagem progressiva, com a gradativa implantação de um trabalho pedagógico cada vez mais embasado nos princípios republicanos e patrióticos.

Além das inovações pedagógicas, a localização espacial conferida ao Grupo demonstrou ao povo muriaeense o reconhecimento e a importância que se estava sendo dada à educação naquele momento. Sua construção em local central contribuiu para que as crianças, antes distantes das salas de aulas, pudessem frequentar uma escola, sem ter a família que pagar por isso.

Outrossim, a sistematização do espaço e dos tempos escolares serviu para a disciplinarização dos alunos que passaram a respeitar um regimento do ensino, além de ter contribuído para a adoção de novos métodos pedagógicos, que se tornaram responsáveis em demarcar aspectos para serem implantados com a instalação do Grupo.

Referências

- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M.H.C. & STEPHANOU, Maria (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68–76.
- BERGER, Miguel André & ALMEIDA, Anne Emile Souza de. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade - analisando a trajetória dos Grupos Escolares. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectivas Históricas**, 3, 2004, Paraná. Anais. CD – ROM.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro Vago. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.
- FARIA, Maria Auxiliadora de. **O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé**. Muriaé, 1995.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. **CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUEDES PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli Aparecida Cação. As mulheres professoras, as meninas leitoras e o menino leitor: a iniciação no universo da escrita no patriarcalismo rural brasileiro. Uma leitura a partir de Infância de Graciliano Ramos. **Cad. CEDES**, Campinas, v.24, n.63, Agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n63/22593.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2011, 15h10min.
- PEREIRA, Jardel Costa. **Cultura e Vida Escolar: O Grupo Escolar de Lavras (1907-1925)**. In: II Congresso de pesquisa e ensino em História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia/MG, 2002. v. 1. p. 3-142.

Documentos pesquisados em Arquivos

- GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM**. Atas de Instalação, posse, exames, etc. 1912-1924. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).
- GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM**. Ofícios enviados e recebidos da Secretaria de Educação do Estado. 1912 a 1930. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).
- GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM**. Termos de Visitas Oficiais; Termos de Visitas Particulares (1912-1927). (Arquivo Público Mineiro e Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Cadernos de avaliação e certificados de aprovação dos alunos. 1913-1916. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Relatório do Diretor. 1913-1919. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Atas de Instalação e Exames; Relatórios do diretor; Termos de Assentamento e Posse; Visitas Oficiais e Particulares; diplomas; requerimentos; nomeações; decretos; licenças; procurações; frequência dos professores e/ou alunos 1912-1930. (Arquivo Público Mineiro).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Documentos referentes à Caixa Escolar 1916-1924. (Arquivo Público Mineiro).

Revista de Historiografia Muriaeense. Ano II, nº 2 – Muriaé/MG. Maio, 1979.

Recebido em junho de 2012
Aprovado em Setembro de 2012